

Prática da psicologia baseada em evidências e psicologia feminista: reflexões iniciais

Practice of evidence-based psychology and feminist psychology: Initial reflections

Giovanna Franche de Moura Rezende¹, Izabel Cristina Soares¹, Roberto Júnior Marques Delfino Veloso¹

[1] Universidade Federal do Paraná (UFPR) | **Título abreviado:** Psicologia baseada em evidências e psicoterapia feminista | **Endereço para correspondência:** Giovanna Franche de Moura Rezende – Praça Santos Andrade, Rua Alfredo Bufren, 50, 2º andar. Sala 217-B. Cep 80020-300. Curitiba/PR | **Email:** giovannafmrezende@gmail.com | **doi:** doi.org/10.18761/vecc13123

Resumo: Considerando que fatores como gênero, sexualidade, raça, classe econômica e outros marcadores sociais atravessam e determinam vivências de modos distintos, é fundamental compreendermos que a atuação de psicoterapeutas deverá estar, também, sob controle destas variáveis. Paralelamente ao crescente incentivo à valorização de uma atuação profissional sensível e atenta a fatores sociais, a Psicologia, principalmente na área clínica, tem passado por um crescente movimento de promoção de prática baseada em evidências. Um de seus objetivos é orientar profissionais de maneira que escolham procedimentos de intervenção que obtiveram resultados confiáveis ao se verificar, experimentalmente, a efetividade de tais intervenções. Além disso, esse movimento ainda incentiva que os profissionais adequem as melhores práticas disponíveis a características específicas de seus clientes, a nível pessoal e sociocultural. O presente trabalho pretende articular teoricamente uma prática clínica feminista com a Prática da Psicologia Baseada em Evidências (PPBE), buscando compreender de que modo uma prática clínica feminista pode encontrar subsídio na proposta da PPBE, considerando seus pilares: melhor evidência científica disponível, *expertise* clínica e características da/o cliente. Concluímos que a união entre a PPBE e a psicoterapia feminista, embora careça de estudos de aprofundamento, pode promover uma prática clínica mais atenta a questões sociais inconspícuas.

Palavras-chave: prática da psicologia baseada em evidências, prática baseada em evidências, psicologia feminista, Análise do Comportamento.

Abstract: Considering how crossing and determining factors such as gender, sexuality, race, economic class and other social markers affect people's experiences in different ways, it is essential to understand that the work of psychotherapists must also be under the control of these variables. Paralleling the growing incentive to value a sensitive professional performance attentive to social factors, psychology, especially in the clinical area, psychology has undergone a growing movement to promote evidence-based practice. One of its objectives is to guide professionals so that they choose intervention procedures that have obtained reliable results when experimentally verifying the effectiveness of such interventions. This movement also encourages professionals to adapt the best practices available to the specific characteristics of their clients, both at a personal and sociocultural level. The present work intends to articulate a feminist clinical practice with the Practice of Evidence-Based Psychology (PEBP), seeking to understand how a feminist clinic can meet the proposal of the PEBP, considering its core assumptions: the best scientific evidence available, clinical expertise and practice, and characteristics of the client. We conclude that the union between PEBP and feminist psychotherapy, although with attention to in-depth studies, can promote clinical practice more attentive to inconspicuous social issues.

Keywords: practice of evidence-based psychology, evidence-based practice, feminist psychology, Behavior Analysis.

Nota dos autores

Gostariamos de agradecer à professora doutora Jocelaine Martins da Silveira por ter criado o ambiente verbal propício para as discussões que levaram a esta pesquisa.

Introdução

Considerando que fatores como gênero, sexualidade, raça, classe econômica e outros marcadores sociais atravessam e determinam vivências de modos distintos, é fundamental compreendermos que a atuação de psicoterapeutas deverá estar, também, sob controle destas variáveis que influenciam na experiência de clientes, uma vez que podem ser elas agentes de um determinado problema clínico (Pinheiro & Oshiro, 2019). Para além das expressões majoritárias de violência às quais as minorias de gênero, raça, classe, etc., podem estar sujeitas¹, é preciso atentar para uma atuação que compreenda vivências cotidianas fora do padrão normativo, no qual o sujeito central é o homem branco, heterossexual, de classe média. Neste sentido, diversas produções científicas, eventos e o próprio Conselho Federal de Psicologia, por exemplo, vêm fazendo esforços para direcionar a uma atuação sensível aos fatores que atravessam as demandas destas populações (CFP, 2013, 2017; Mizael et al., 2022; Pinheiro & Oshiro, 2019; Nicolodi & Arantes, 2019; Rutherford, 2020).

Em relação às experiências de grupos minoritários, o uso de dados estatísticos acerca de fatores que afirmam a vulnerabilidade de grupos minoritários foi e ainda é essencial na implementação e manutenção de políticas voltadas a estas populações. Acerca do grupo “mulheres”², especificamente, es-

tas têm estado em desvantagem econômica, social, de empregabilidade, entre outras condições danosas que estão relacionadas à causa ou ao agravamento de questões psicológicas (Zanello & Silva, 2012). No ambiente clínico, a partir da literatura dedicada às questões de gênero (e.g. Fidelis & Vandenberghe, 2014; Neves & Nogueira, 2003; Nicolodi & Arantes, 2019; Ruiz, 2003; Scott, 1986), é possível admitir que há disparidade entre as experiências femininas e masculinas, com maior prejuízo às mulheres. É legítimo, portanto, formular interpretações distintas de suas demandas clínicas e, ainda, considerar intervenções atentas a estes fatores.

Paralelamente ao crescente destaque e incentivo à valorização de uma atuação profissional sensível e atenta a fatores sociais, a Psicologia, principalmente na área clínica, tem passado por um crescente movimento de promoção de prática baseada em evidências (Leonardi & Meyer, 2015). Um dos principais objetivos desse movimento é orientar profissionais para que optem por procedimentos de intervenção que já obtiveram resultados confiáveis, de acordo com verificação experimental. Além disso, esse movimento ainda pretende incentivar que os profissionais adequem as melhores práticas disponíveis às características específicas de seus clientes, a nível individual e sociocultural.

Há questões referentes às possíveis relações entre ambos os movimentos na Psicologia. Quais cuidados pode-se tomar para que a promoção de um embasamento experimental não se torne opressor? Ao se promover a adoção de uma prática baseada em evidências, ainda que voltada ao contexto sociocultural do indivíduo, estamos promovendo a inclusão ou exclusão de populações historicamente oprimidas? É possível avaliarmos criticamente as estratégias atuais para identificarmos possíveis vieses sociais ou de gênero infiltrados?

Diante destes questionamentos, o presente artigo pretende articular teoricamente as considerações de uma prática clínica feminista com a Prática da Psicologia Baseada em Evidências (PPBE), buscando compreender de que modo uma prática feminista no ambiente clínico pode encontrar subsídio na concepção da PPBE, considerando suas propostas: melhor evidência científica disponível, *expertise* clínica e características da/o cliente (Melnik et al., 2014).

1 Segundo o Atlas da Violência de 2021 (Cerqueira et al, 2021), os índices de feminicídio seguem alarmantes, com o total de 1.246 mulheres, em sua maioria negras, assassinadas em contexto doméstico e com aumento de 10,6% em um período de dez anos. Vale lembrar que o feminicídio é a expressão máxima da violência contra a mulher, que comumente inicia com práticas como ciúmes, cerceamento, chantagens, xingamentos, controle financeiro, podendo evoluir para violências mais perceptíveis, como a física e sexual, e culminar no feminicídio. O relatório também evidencia altos níveis de violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil, que é o país que mais mata a população LGBTQIA+: um a cada 29 horas (Oliveira & Mott, 2022), apesar dos relatórios apontarem subnotificação nos dados (Cerqueira et al., 2022, Oliveira & Mott, 2022).

2 Como será discutido mais adiante, atualmente se discute o gênero sob uma perspectiva interseccional, ou seja, adicionando a análise de outros marcadores sociais, como raça e classe, para compreender a interrelação entre esses marcadores sobre o sujeito.

Prática da Psicologia Baseada em Evidências

Baseada no “uso consciente, explícito e sensato da melhor evidência atual na tomada de decisões sobre o cuidado de pacientes” (Sackett, 1997, p. 3) e na integração desse conhecimento com a perícia clínica, o movimento da Prática Baseada em Evidências (PBE) vem crescendo desde sua instituição, marcada pela publicação do *Evidence-Based Medicine Working Group* (1992).

Na Psicologia, as discussões acerca da fundamentação teórica e construção de evidências sobre a prática clínica e a condução do processo terapêutico surgiram na metade do século XX, culminando na criação das forças-tarefa da *American Psychological Association* (APA), na década de 1990 (Leonardi & Meyer, 2015). O objetivo dos trabalhos dessas forças-tarefa era responder questões sobre a efetividade da psicoterapia, além de esclarecer como fatores, tanto específicos de certos procedimentos, como também comuns a diversas abordagens teóricas, alteram essa efetividade.

Como resultado dos trabalhos das forças-tarefa da APA, três aspectos merecem ser apontados: (1) a compreensão de que há diferentes níveis de evidência que podem ser produzidos e utilizados para fundamentar o processo terapêutico, o que implica em uma hierarquização de evidências, em contraponto a uma ideia inflexível de que existem ou não existem evidências.

(2) O segundo aspecto é o entendimento de que a produção da melhor evidência disponível não é o único fator importante na tomada de decisões clínicas. Assim, além do levantamento sistemático da busca por evidências empíricas, inclui-se também áreas mais abrangentes: a formação prática e teórica do profissional e suas habilidades técnicas específicas; a capacidade de realizar diagnósticos; formulação de casos; planejamento, implementação e avaliação de intervenções e o estabelecimento da relação terapêutica.

(3) Por fim, o terceiro aspecto consiste em, ao mesmo tempo, envolver a(o) cliente nas decisões sobre seu tratamento, argumentando sobre as decisões referentes aos dois aspectos anteriores, como também adequar os procedimentos do tratamen-

to aos objetivos da pessoa em terapia, levando em consideração seus valores, crenças e preferências. Nota-se que, embora essa prática proporcione flexibilidade para o profissional, que não estará limitado aos protocolos de tratamento, ela também pode dar margem para a(o) cliente escolher procedimentos menos eficazes ou até mesmo prejudiciais, o que pode gerar dilemas e conflitos profissionais (Leonardi & Meyer, 2015).

Aproximações entre Feminismo e Análise do Comportamento

Feminismo pode ser definido como um movimento social e político que busca a emancipação das mulheres e, em algumas de suas correntes, dialoga com uma filosofia antiessencialista e contextualista (Silva & Laurenti, 2016). O feminismo tem se mostrado um subsídio útil nas pesquisas das mais diversas áreas, incluindo a Psicologia, para o entendimento de variáveis relacionadas a gênero e sexualidade que podem ser importantes determinantes na vida de um indivíduo. Atualmente, a epistemologia feminista tem como um de seus princípios norteadores a interseccionalidade, conceito que compreende os diversos marcadores sociais como agentes que atuam concomitantemente, influenciando diversos contextos da vida do sujeito (Akotirene, 2019; Mizael, 2019). Sob esse viés, entende-se que categorias como gênero, sexualidade, raça, classe ou deficiência, por exemplo, atuam como privilégios ou obstáculos nas possibilidades do sujeito, facilitando ou dificultando o acesso a direitos. Assim, é importante explicitar que a categoria “mulher” não é um lugar homogêneo (Saffioti, 1969/2013; Scott, 1986), uma vez que outros lugares sociais, como os citados anteriormente, são bastante relevantes no que diz respeito às vivências cotidianas e, portanto, nas demandas clínicas.

Em relação à Análise do Comportamento, as similaridades entre a epistemologia feminista e o Behaviorismo Radical foram apontadas por diversos autores (Couto & Dittrich, 2017; Mizael, 2019; Ruiz, 1995, 2003; Silva & Laurenti, 2016), possibilitando diálogos que, apoiados em ambas as filosofias, tratam de temáticas pouco abordadas na Análise do Comportamento. O ponto de encontro

entre as teorias ocorre, principalmente, no caráter anti essencialista de ambos. Assim como há rejeição da Análise do Comportamento às explicações mentalistas e aderência a um modelo de seleção por consequências para interpretação do comportamento humano, algumas teorias feministas também se opõem à noção de “essência feminina” e admitem a mulher como produto de história contingencial (Silva & Laurenti, 2016).

Os estudos que trazem intersecção entre feminismo e Análise do Comportamento são majoritariamente de cunho teórico e interpretativo. A importância desse tipo de pesquisa é reiterada frequentemente nos estudos que compõem a crescente coleção de investigações relacionadas ao feminismo. Contudo, é essencial que as pesquisas também se voltem especificamente à prática clínica, pois, como argumenta Mizael (2019), “por mais que você seja um/a profissional atualizado, com conhecimentos sobre grupos sociais estigmatizados, isso não significa que você esteja imune aos vários tipos de preconceitos que nós aprendemos durante nossas vidas.” (p.56).

Nesse sentido, Pinheiro e Oshiro (2019) exemplificam a importância de analisar variáveis de gênero no processo terapêutico, uma vez que elas podem aparecer como contingências discriminatórias inconspicuamente inseridas em práticas culturais amplamente aceitas, mantendo-as em um “ponto cego” tanto dos que são privilegiados por essas práticas, como também dos que sofrem as consequências aversivas delas. No caso da população transgênero, por exemplo, Zin, Gama e Reis (2022) evidenciam a importância de que o atendimento em saúde mental “seja feito por profissionais reconhecidamente qualificados e sensíveis às questões LGBT, o que aumentam as chances de que as práticas terapêuticas utilizadas respeitem as particularidades das experiências destas minorias” (Zin, Gama & Reis, 2022, p.20).

Além dos estudos teóricos articulando feminismo e Análise do Comportamento, outras metodologias foram utilizadas para analisar fenômenos sociais a partir do uso de diferentes instrumentos para medida de atitudes implícitas, permitindo a investigação de “propriedades, topografias e funções de atitudes frente a fenômenos socialmente relevantes” (Cravo, Morais & Almeida-Verdu,

2022, p.213). Marcelino e Arantes (2019) investigaram as atitudes implícitas relacionadas a gênero a partir de estudos empíricos que utilizaram ferramentas de testes de medidas implícitas como o IAT (Implicit Association Test), IRAP (Implicit Relational Assessment Procedure) e FAST (Functional Acquisition Speed Test) para explicitar contingências gendrificadas ainda pouco visíveis, demonstrando que, desde muito cedo na história de aprendizagem, se relaciona a categoria “homem” à dominância, racionalidade e agressividade, enquanto a “mulher” é relacionada à submissão, emoção e passividade (Marcelino & Arantes, 2019). Tornar essas relações implícitas é fundamental para a compreensão do contexto em que foram aprendidas, tal como as funções que essas relações adquirem dentro de um grupo (Marcelino & Arantes, 2019), o que permitiria uma intervenção mais eficaz sobre essas relações potencialmente danosas. As autoras explicitam:

[...] o uso de procedimentos experimentais que evidenciam a força dessas relações no controle dos comportamentos verbais e não verbais dentro de uma prática cultural é necessário para que a Análise do Comportamento passe a considerar esses contextos de controle como parte imprescindível em uma análise cultural que se traduza em mudança efetiva de sistemas de opressão (Marcelino & Arantes, 2019, p.134).

Outro exemplo recente é o estudo de Cravo, Morais e Almeida-Verdu (2022), no qual os autores realizam uma revisão sistemática do uso do IRAP (*Implicit Relational Assessment Procedure*) na investigação sobre gênero. A revisão levantou dados importantes, como a ocorrência de vieses implícitos de gênero em todos os estudos revisados, em especial nos participantes do sexo masculino. Os autores também reiteram a importância do desenvolvimento de pesquisas e programas de intervenção que perpassam diversos marcadores sociais, como gênero, sexualidade, raça, etnia, etc., melhorando sua caracterização e compreensão dentro da comunidade científica e provendo tecnologias comportamentais eficazes em reverter problemas sociais contemporâneos (Cravo, Morais & Almeida-Verdu, 2022).

Os estudos citados exemplificam como as apro-

ximações entre pressupostos feministas e uma ciência comportamental podem ser úteis na identificação de variáveis relevantes em diferentes contextos e, por sua vez, transformar as práticas que derivam da Análise do Comportamento. Trataremos, especificamente, da utilidade de um viés feminista na atuação clínica analítico-comportamental.

Terapia Feminista

Neves e Nogueira (2003) apontam que a aproximação entre Psicologia e feminismo surge em meio aos anos 1970, a partir do questionamento do conhecimento científico de viés androcêntrico, o qual tinha o homem como sujeito universal e, conseqüentemente, objeto de estudo na Psicologia tradicional. Este diálogo iniciou-se nos Estados Unidos através de grupos de conscientização que tinham o objetivo de despertar as mulheres para o fato de que suas experiências pessoais não estavam isoladas do cenário político da época. Além disso, essa aproximação permitiu que as diferenças relacionais entre homens e mulheres fossem reconhecidas e que a Psicologia pudesse buscar nas teorias feministas o embasamento para compreensão dos efeitos da categoria “gênero” nas vivências femininas e pudesse admitir uma postura contrária aos vieses sexistas (Neves & Nogueira, 2003).

A ideia de terapia feminista não equivale a uma perspectiva teórica dentro das possibilidades de atuação em Psicologia, mas sim a uma postura da(o) psicoterapeuta que esteja comprometida(o) com as variáveis de gênero e outros marcadores sociais que, eventualmente, irão emergir em meio aos problemas clínicos presentes no contexto psicoterápico. Fideles e Vandenberghe (2014), em estudo comparativo entre a Psicoterapia Analítico Funcional (FAP) e a terapia feminista, trazem algumas premissas de uma psicoterapia comprometida com o feminismo, como o protagonismo da cliente sobre sua própria história e a validação da(o) psicoterapeuta acerca de suas vivências, o comprometimento com os princípios feministas e com uma transformação social, a compreensão de possíveis sintomas psicopatológicos como produtos de relações desiguais e como “estratégias adaptativas ante a opressão e adversidade” (Fideles & Vandenberghe 2014, p. 20) e a contribuição com a autonomia da cliente para mudar relações ambientais.

Em uma proposta de integração entre a prática da FAP e as terapias feministas, Terry et al. (2010) explicitam algumas similaridades divididas entre as práticas, como o contextualismo funcional, a ênfase na função dos comportamentos em detrimento da topografia e a compreensão da influência do ambiente externo sobre o ambiente terapêutico. Para as autoras, as terapias feministas poderiam enriquecer a FAP ao propor o contexto sociopolítico como fonte de comportamentos clinicamente relevantes, além de oferecer técnicas para para conscientização e atuação da(o) terapeuta frente a essas questões (Terry et al., 2010). As autoras ainda argumentam que as técnicas de uma terapia feminista para minimizar o diferencial de poder cliente-terapeuta, como a explicitação de valores pessoais e a elaboração colaborativa de objetivos, são úteis para manter a(o) cliente em terapia e promover uma prática mais efetiva (Terry et al., 2010).

Além disso, em contraste com terapeutas desatentas(os) às variáveis de gênero e outros marcadores, o levantamento dessas variáveis e de suas inter relações nos permite uma análise funcional aprofundada dos comportamentos da(o) cliente, além de minimizar o efeito das concepções da(o) terapeuta. Assim, compreendemos que as terapias feministas não apenas são compatíveis com as práticas clínicas analítico-comportamentais, como também promovem uma prática mais atenta aos marcadores sociais que compõem importantes variáveis na vida da(o) cliente, permitindo uma atuação menos estigmatizante, mais acolhedora e mais efetiva por parte da(o) terapeuta.

Compatibilidades e possibilidades investigativas

Uma das similaridades entre a psicoterapia feminista e a Prática Baseada em Evidências que ganha notoriedade a partir do que foi exposto anteriormente é a busca pelas variáveis que influenciam o indivíduo e, além disso, orientam a prática da psicoterapia. Na PPBE, isso ocorre por meio do aprendizado e atualização profissional constantes por parte da(o) terapeuta, guiadas pela busca pelas melhores evidências, ou seja, as mais cientificamente confiáveis e relevantes para cada caso (Melnik et

al., 2014); na proposta de psicoterapia feminista, se dá na consideração cuidadosa de variáveis que impactam interseccionalmente as experiências da(o) cliente, com especial ênfase às variáveis de gênero, raça, classe, sexualidade, dentre outras que podem estar inconspicuamente presentes.

Outro princípio da PPBE, que diz respeito às características da(o) cliente e é compatível com os ideais de uma clínica feminista, é a consideração dos valores e preferências da(o) cliente, que se traduz no princípio da personalização da escolha de tratamentos mais compatíveis com a(o) cliente (Melnik et al., 2014). A psicoterapia feminista, similarmente, valoriza a autonomia e a emancipação (Mizael, 2019; Pinheiro & Oshiro, 2019). Neste sentido, conceitos como protagonismo e empoderamento, presentes nas diretrizes de uma psicoterapia feminista, podem ser importantes para a função de participação da cliente na escolha do tratamento psicoterápico junto à(o) terapeuta. Ainda, outros marcadores sociais devem ser levados em consideração nas intervenções: estratégias terapêuticas que envolvem investimento financeiro (para além do investimento já feito na própria psicoterapia) podem ser inviáveis para pessoas em situação financeira desvantajosa, por exemplo. O mesmo se aplica a outras possíveis intervenções incompatíveis com algumas vulnerabilidades.

Além disso, uma perspectiva feminista pode prover novas variáveis de importância ao terapeuta da PPBE – como a interseccionalidade de marcadores sociais, no sentido de que o conhecimento dessas problemáticas pode se mostrar importante para a busca e escolha de terapias. Um proveito como esse poderia acontecer nas três bases das PPBE, na medida em que (1) por exemplo, os procedimentos de amostragem para grupos, randomizados ou não, se tornem mais sensíveis às variáveis estruturalmente reproduzidas na sociedade; (2) a formação do profissional qualificado seja competente em colocar sua prática sob controle também destas variáveis, aumentando o escopo e a complexidade do planejamento, execução e avaliação de suas intervenções, e; (3) tal profissional, munido de um conhecimento criticamente produzido, consiga personalizar seu trabalho às mesmas variáveis, porém, agora, pela perspectiva e em conjunto com sua/seu paciente/

cliente, seus valores pessoais, culturais, etc, como é sugerido:

Geralmente, essas variáveis não são descritas tão facilmente em terapia, por serem sequer discriminadas pela cliente. [...] Cabe à terapeuta a habilidade de fazer perguntas que coloquem em evidência as propriedades relevantes daquela situação que podem estar evocando estes sentimentos, e que também favoreça a discriminação dessas relações pela cliente, ou seja, favoreça o autoconhecimento (Pinheiro & Oshiro, 2019, p. 235)

Dessa forma, aliadas(os) à produção feminista, entende-se que terapeutas poderiam reconhecer as influências dessas variáveis e responder diferencialmente a elas, o que “não só amplia as possibilidades de análises e intervenções e sua eficácia, como evita uma série de problemas oriundos da negligência e/ou invalidação pela terapeuta” (Pinheiro & Oshiro, 2019, p.240). É importante mencionar que, mesmo diante de uma atuação comprometida com valores feministas e outros modos de transformação social, terapeutas podem deixar escapar aspectos relacionados às vulnerabilidades que, sem um olhar atento, de fato passarão despercebidos. Uma hipótese é de que a atuação clínica está, ainda, muito pouco atrelada às discussões sociais e tais variáveis estão longe de serem intuitivas para a(o) terapeuta, como ocorre com outras possibilidades investigativas na clínica. É preciso, portanto, reafirmar a necessidade de que as produções científicas e atuações voltadas ao ensino da prática clínica se aproximem de uma leitura feminista das demandas clínicas.

Deste modo, o olhar feminista pode ser, inclusive, um importante subsídio para a produção de conhecimento. A interseccionalidade na pesquisa funcionaria como mais um requisito de refinamento da observação de variáveis pouco observadas e de suas inter relações, potencialmente melhorando o nível de generalização das pesquisas através da diversidade de indivíduos em uma amostragem. Pode-se questionar, por exemplo, o aspecto da PPBE relacionado à produção de conhecimento e escolha da melhor evidência disponível. Em uma sociedade na qual privilégios de uma população branca e masculina são estruturais, é importante garantir que es-

ses padrões não se repetem, despercebidamente, na amostragem das pesquisas clínicas (randomizadas ou não) que compõem o “padrão ouro” da produção das melhores evidências, o que efetivamente marginaliza as populações minoritárias no que diz respeito à produção de conhecimento científico.

Ainda que instituições como a APA forneçam diretrizes demarcando a importância de uma prática que não promova ou favoreça qualquer tipo de discriminação (APA, 2017), a elaboração de diretrizes metodológicas práticas que visem incluir grupos minoritários e/ou não reproduzir vieses opressores pode ser considerada fundamental. Diretrizes similares considerando peculiaridades da realidade brasileira, elaboradas pelos órgãos competentes, ainda parecem sequer serem imaginadas. Enquanto isso, alguns esforços teóricos para a articulação de uma PBE que leve em consideração fatores sociais minoritários podem ser encontrados esparsamente, como em Catelan (2021).

Considerações Finais

O presente artigo teve o objetivo de iniciar um diálogo entre as premissas da Prática da Psicologia Baseada em Evidências (PPBE) e de uma terapia feminista, a fim de identificar possíveis encontros e trocas contributivas entre as teorias. A partir da descrição dos principais pontos de ambas, foi possível identificar algumas similaridades, como a importância de desenvolver, na(o) terapeuta, um repertório clínico que esteja sensível às variáveis de gênero que possivelmente influenciam nas problemáticas emergentes da(o) cliente no ambiente clínico (Pinheiro & Oshiro, 2019). Essa competência pode ser condizente com o segundo pilar da PPBE, que consiste no aprimoramento de habilidades clínicas como avaliação diagnóstica, formulação de caso, habilidades interpessoais, identificação de padrões relevantes e compreensão de diferenças culturais e individuais (Leonardi & Meyer, 2015), que certamente se beneficiariam de um viés feminista para análise das contingências sociais e aplicação de uma intervenção apropriada à realidade da(o) cliente e comprometida com transformações sociais.

Outra afinidade diz respeito ao terceiro pilar da PPBE, referente à consideração das particularida-

des da cliente e participação desta na escolha do tratamento mais benéfico para os problemas clínicos (Leonardi & Meyer, 2015). Uma terapia feminista buscará promover a emancipação da cliente através da validação das suas vivências e dos relatos de comportamento privado que emergiram de situações de discriminação de gênero, raça e/ou outros alvos de opressão. Parte desta emancipação pode ser alocada na participação da cliente na decisão do caminho a ser seguido no tratamento psicoterápico, o que pode ser feito a partir das estratégias das terapias feministas levantadas por Terry et al. (2010): a explicitação dos valores da(o) terapeuta (permitindo a negação desses valores por parte da(o) cliente), o encorajamento de uma terapia focada na(o) cliente, informando-a(o) sobre os processos, direitos e responsabilidades, a definição colaborativa de objetivos terapêuticos e o ensino de habilidades compatíveis com tais objetivos.

A despeito dos encontros entre as diretrizes feministas e da PPBE, o primeiro componente, que diz respeito às evidências científicas do tratamento, é o que se encontra mais distante das terapias feministas, isto porque, como mencionado no início deste texto, as aproximações entre perspectivas comportamentais e feminismo estão alocadas, majoritariamente, nas pesquisas conceituais, embora exista nas terapias feministas a necessidade percebida de produção de conhecimento específico sobre mulheres e outras minorias (Terry et al., 2010). Com exceção de alguns estudos empíricos que evidenciam vieses de gênero (Cravo, Morais & Almeida-Verdu, 2022; Marcelino & Arantes, 2019), as produções que entrelaçam as teorias se dão nas aproximações epistemológicas, como os textos de Maria R. Ruiz (1995, 1998) e Silva e Laurenti (2016), e nas interpretações analítico-comportamentais de fenômenos sociais, como a explicação comportamentalista do patriarcado no texto de Nicolodi e Arantes (2019), e de empoderamento na perspectiva analítico-comportamental de Couto (2019).

Nas últimas décadas, a literatura feminista tem conquistado espaço e inserido novas possibilidades investigativas e interpretativas para essas questões. Autoras como Rutherford (2020) explicitam como, historicamente, as teorias psicológicas incorporaram e reforçaram crenças sobre gênero prevalentes na sociedade, além de dependerem, em geral, das

conceituações binárias de gênero em testes, medições e pesquisas em Psicologia, dificultando a incorporação de teorias menos complacentes com a ideologia dominante de gênero na literatura. Em relação à clínica analítico-comportamental, cabe mencionar que, embora não seja um número significativo, há pesquisas que propõem a interlocução com o campo de gênero, como as mencionadas anteriormente (Fideles & Vandenberghe, 2014; Pinheiro & Oshiro, 2019; Terry et al., 2010). Tais estudos abrem caminho para futuras produções que apresentem intervenções clínicas fortemente influenciadas pelos princípios comportamentalistas em diálogo com uma terapia feminista.

Por fim, é importante destacar que, tendo em vista os objetivos deste artigo, nossa análise esteve inclinada a uma perspectiva descritiva das relações, intercâmbios e críticas entre PPBE e feminismo. A discussão entre o papel prescritivo ou descritivo da ciência, especialmente da ciência comportamental (ou ainda a dissolução dessa distinção) evade nossos propósitos, mas pode ser encontrada alhures (Skinner, 1953). Este estudo não se propôs a emitir diretrizes e, quando nos aproximamos de uma postura prescritiva, foi apenas para fins de exemplificação. Entendemos que o papel da ciência é apresentar dados, reflexões e debates que fundamentam a proposição de diretrizes, recomendações, normas, políticas públicas, dentre outros produtos. Assim, buscamos abordar uma discussão ainda inicial a fim de, futuramente, contribuir para o desenvolvimento de diretrizes clínicas mais elaboradas.

Referências

- American Psychological Association [APA]. (2017). *Multicultural Guidelines: An Ecological Approach to Context, Identity, and Intersectionality*. Recuperado de: <http://www.apa.org/about/policy/multicultural-guidelines.pdf>
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Ribeiro, D. (Coord). Editora Pólen.
- Catelan, R. F. (2021). Psicoterapia baseada em evidências para minorias sexuais e de gênero. *Procognitiva*, 3(8), 77-128. <https://doi.org/10.5935/978-65-5848-417-2.C0004>
- Cerqueira, D., Ferreira, H., Bueno, S. (Coords.), Alves, P. P., Lima, R. S., Marques, D. Silva, F. A. B., Lunelli, I. C., Rodrigues, R. I., Lins, G. O. A., Armstrong, K. C., Lira, P., Coelho, D., Barros, B., Sobral, I., Pacheco, D. & Pimentel, A. (2021) *Atlas da violência 2021*. IPEA, FBSP & IJSN. <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2021>
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à mulher em situação de violência*. CFP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações Raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas(os)*. CFP.
- Cohen, A. M., Stavri, P. Z., & Hersh, W. R. (2004). A categorization and analysis of the criticisms of evidence-based medicine. *International Journal of Medical Informatics*, 73(1), 35-43. <https://doi.org/10.1016/j.ijmedinf.2003.11.002>
- Couto, A. G. (2019). O empoderamento das mulheres sob uma perspectiva analítico-comportamental. Em: Pinheiro, R. & Mizael, T (Orgs.). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*, 121-152.
- Couto, A. G. & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158. <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/261>
- Cravo, F. A. M., Morais, M. A. S. de, & Almeida-Verdu, A. C. M. (2022). O uso do “Implicit

- Relational Assessment Procedure” na investigação sobre gênero: revisão sistemática. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(1), 213–232. <https://doi.org/10.18761/VEEM.011.nov21>
- Davidoff, F., Haynes, B., Sackett, D., & Smith, R. (1995). Evidence based medicine. *BMJ: British Medical Journal*, 310(6987), 1085-1086. <https://doi.org/10.1136/bmj.310.6987.1085>
- Evidence-Based Medicine Working Group. (1992). Evidence-based medicine: A new approach to teaching the practice of medicine. *JAMA*, 268(17), 2420–2425. <https://doi.org/10.1001/jama.1992.03490170092032>
- Fideles, M. N. D. & Vandenberghe, L. (2014). Psicoterapia Analítico Funcional feminista: Possibilidades de um encontro. *Psicologia: Teoria e Prática*. 16(3), 18-29. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Leonardi, J. L., & Meyer, S. B. (2015). Prática baseada em evidências em psicologia e a história da busca pelas provas empíricas da eficácia das psicoterapias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35, 1139-1156. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001552014>
- Marcelino, M. R. & Arantes, A. (2019). Implicações dos experimentos sobre atitudes implícitas para uma análise experimental feminista do comportamento. Em: Pinheiro, R. & Mizael, T (Orgs.). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*, 114-139.
- Melnik, T.; Souza, W. F. & Carvalho, M. R. (2014). A importância da prática da psicologia baseada em evidências: Aspectos conceituais, níveis de evidência, mitos e resistências. *Revista Costarricense de Psicologia*, 33(2), 79-92.
- Mizael, T. (2019). Pontes entre o feminismo interseccional e a Análise do Comportamento. Em: Pinheiro, R. & Mizael, T (Orgs.). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*, 40-63.
- Mizael, T. M., Dahás, L. ., & Zamignani, D. R. (2022). Análise do comportamento e direitos das populações socialmente vulneráveis: Em direção a uma prática culturalmente sensível. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(1). <https://doi.org/10.18761/VEEMed45614>
- Neves, S. & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: A (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*. 15(2), 43-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200004>
- Nicolodi, L. & Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. Em: Pinheiro, R. & Mizael, T. *Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento*, 64-83.
- Oliveira, J. M. D. & Mott, L. (orgs). (2022). *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil : Relatório 2021*. Grupo Gay da Bahia.
- Pinheiro, R. C. S. & Oshiro, C. K. B. (2019). Variáveis de gênero que terapeutas devem estar atentas no atendimento a mulheres. Em: Pinheiro, R. & Mizael, T. *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*, 220-243.
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner’s radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5, 29-44. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1995.tb00285.x>
- Ruiz, M. R. (1998). Personal Agency in Feminist Theory: Evicting the Illusive Dweller. *The Behavior Analyst*, 21(2), 179-192. <https://www.doi.org/10.1007/BF03391962>
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4, 12–16. <https://doi.org/10.1037/h0100005>
- Rutherford, A. (2020). Doing science, doing gender: Using history in the present. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, 40(1), 21-31. <https://doi.org/10.1037/teo0000134>
- Sackett, D. L. (1997). Evidence-based medicine. *Seminars in perinatology*, 21(1), 3-5. [https://doi.org/10.1016/s0146-0005\(97\)80013-4](https://doi.org/10.1016/s0146-0005(97)80013-4)
- Saffioti, H. I. (1969/2013). *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. 3a edição. Expressão Popular.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>
- Silva, E. C. & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “a mulher” à luz do mo-

- delo de seleção por consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211. <https://doi.org/10.18761/pac.2016.009>
- Skinner, B. F. (1953/2003). *Ciência e comportamento humano*. 11a edição. Martins Fontes.
- Terry, C., Bolling, M. Y., Ruiz, M. R. & Brown, K. (2010). FAP and Feminist Therapies: Confronting power and privilege in therapy. In Kanter, J. W., Tsai, M. & Kohlenberg, R. J. (Eds.). *The practice of functional analytic psychotherapy*, 97-122. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-5830-3_7
- Zanello, V. & Silva, R. M. (2012). Saúde Mental, Gênero e Violência Estrutural. *Revista Bioética*, 22(2), 267-279.
- Zin, G. O., Gama, V. D. & Reis, M. J. D. (2022). Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(1), 07-24. <https://doi.org/10.18761/DH000167.set21>

Histórico do Artigo

Submetido em: 31/08/2022

Aceito em: 13/01/2023

Editor Associado: Cesar Alves Rocha